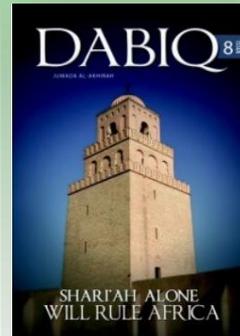


Centre Africain d'Études et de Recherche sur le Terrorisme (CAERT)



Perspectivas Regionais sobre as Estratégias Nacionais de Prevenção e Combate ao Extremismo Violento (PCVE) & de Contraterrorismo (CT)



Idriss Mounir Lallali
Vice-Director

**Centro Africano de Estudos e Investigação sobre o Terrorismo
(CAEIT)**

A evolução da Abordagem da União Africana (UA)



Ao longo dos anos, a União demonstrou esforços contínuos a fim de responder às várias manifestações dessa ameaça sendo capaz de criar iniciativas que levam em consideração o contexto e os desafios específicos.

Os Estados Membros, individual e coletiva através da União, e com o apoio da Comissão, empreenderam diversas iniciativas para abordar o problema do terrorismo e os desafios inerentes.

Desde 1992, foi elaborado um modelo abrangente, normativo e operacional de combate ao terrorismo.

Modelo de contraterrorismo da União Africana



- 1992-conscientização concreta do terrorismo em África. Adopção de uma resolução sobre uma cooperação acrescida entre os estados membros para combater o extremismo;
- em 1994, em Tunes, a adopção da declaração sobre o Código de Conduta para as relações interafricanas e a cooperação e contra o fanatismo;
- A Convenção da Organização da Unidade Africana sobre a Prevenção e o Combate ao Terrorismo em África (1999);
- A Declaração de Dakar contra o Terrorismo (2001);
- O Plano de Acção da UA sobre a Prevenção e o Combate ao Terrorismo em África (2002);
- O Protocolo para a Convenção de 1999 sobre a Prevenção e o Combate ao Terrorismo em África (2004);
- O Estabelecimento do Centro Africano de Estudos e Investigação sobre o Terrorismo (2004);
- O Pacto de Não-Agressão e Defesa Comum da União Africana (adoptado em 2005 – em vigor em 2009)



Compreender o papel da UA sobre o CT



- A responsabilidade principal da UA é coordenar e adequar as medidas de CT em África
- Promover a cooperação internacional como uma estratégia-chave para a prevenção e o combate ao terrorismo
- Auxiliar os Estados Membros na obtenção de assistência técnica e ajudar os mecanismos regionais, conforme a necessidade, para identificar os recursos de CT, inclusive a assistência financeira
- Estabelecer um banco de dados e uma rede de informações continental com pontos focais nacionais, regionais e internacionais no terrorismo
- Facilitar a partilha de informação e o intercâmbio de experiências e melhores práticas
- Desenvolver e manter a força política para garantir a máxima conscientização sobre o CT e para garantir que a atenção necessária seja dada a tais assuntos nos âmbitos nacional, regional e continental
- Complementar as actividades dos Estados Membros e dos mecanismos regionais
- Esta função tem como propósito obter os melhores resultados nas seguintes áreas: dissuasão, recusa e manutenção de uma cooperação internacional de base ampla

O papel dos mecanismos regionais



- Desempenhar um papel complementar na implementação dos regimes de CT da UA
- Ajudar a promover e garantir a cooperação no âmbito regional
- Adequar e coordena as medidas nacionais de CT nas suas regiões
- Desenvolver e manter os mecanismos com fins de assistir os Estados Membros a implementar os critérios de CT regionais, continentais e internacionais
- Criar e manter um banco de dados regional
- Estabelecer uma relação com a Comissão na criação de medidas de CT
- Complementar as iniciativas nacionais

Os mecanismos e as iniciativas da UA no CT



- A criação do CAEIT
 - O Sistema de Alerta Precoce-CT (inclui um sistema de banco de dados e de comunicação protegida, alertas e análise)
 - Os Pontos Focais (PF) Nacionais e Regionais (adopção de um Código de Conduta/ 11 Reuniões nos PF)
 - As missões de avaliação
 - A criminalização do pagamento de resgate
 - A Legislação abrangente do modelo antiterrorismo da UA
- O processo de Nuaquechote e Djibuti
- A promoção e criação de centros de fusão
- Força Operacional *Conjunta* Multinacional (MNJTF) AMISOM/LRA/MISAHEL/
- UFL/CEMOC
- A designação do representante especial do Presidente da UA, responsável pela cooperação no CT
- A criação do Comité de Combate ao Terrorismo do Conselho de Paz e Segurança (PSC)
- A criação do mecanismo da União Africana para a Cooperação Policial (AFRIPOL)



Abordagem da UA para o CT/ a PCVE

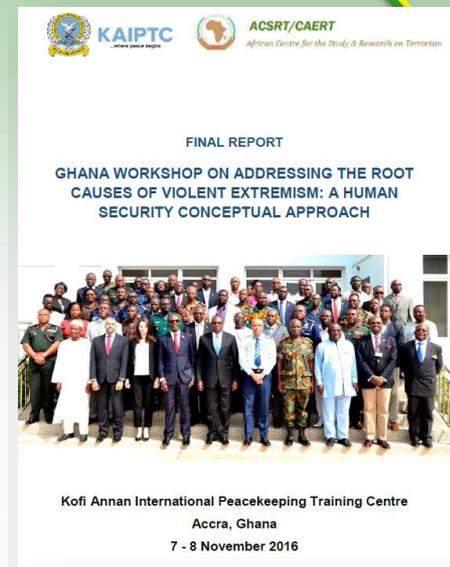
- Promoção de uma abordagem holística, multilateral e multissectorial para o combate ao terrorismo e à radicalização, e para a prevenção e o combate ao extremismo violento:
 - transcende diversas áreas da acção governamental, ao por as autoridades, encarregadas do combate ao terrorismo, em contato com uma série de **protagonistas da sociedade civil que, talvez, estivessem para além do âmbito das actividades de contraterrorismo, até recentemente.**
 - as iniciativas de prevenção do terrorismo mobilizam novos organismos de implementação entre os serviços do estado, envolvendo **uma nova gama de interlocutores não-tradicionais fora do governo, e alarga as actividades contraterroristas para uma série de esferas políticas e espaços físicos, não impactados anteriormente, por considerações de segurança nacional.**



A abordagem da UA no CT/ a PCVE



- A promoção de uma abordagem da sociedade e do governo como um todo;
- O auxílio na preparação, revisão e actualização das estratégias nacionais e regionais de CT-PCEV e respectivos planos de acção;
- O Workshop nacional sobre a *Abordagem das causas básicas do extremismo violento: Uma abordagem da resposta de segurança humana*;
- Os princípios e directrizes sobre os Direitos Humanos e dos Povos no combate ao terrorismo em África (2015);
- A criação de uma comunidade de bloggers, jornalistas e investigadores que informam sobre o CT e a CEV;
- A criação de programas de formações em contranarrativas;
- Uma maior coordenação entre os diferentes protagonistas da UA.



EXECUTIVE SUMMARY	
<p>Violent extremism constitutes a threat to security in Africa. This is the consequence of the presence and activities of terrorist groups such as Al Qaeda in Islamic Maghreb (AQIM), Al Mourabitoun, Boko Haram in West and Central Africa, Al Shabab in East Africa and the presence of cells of the Islamic State in North African countries of Libya, Egypt, Algeria, Tunisia among others. These groups have repeatedly launched devastating terrorist attacks which includes the September 2013 attack on West Gate shopping mall in Nairobi Kenya, Nyanya attack and abduction of 276 Chibok girls in northeast Nigeria in April 2014, Killing of 147 undergraduates at Gassu University Kenya and bombing of target in Cameroon, Uganda, Somalia, Mali, Burkina Faso, Niger, Algeria, Tunisia and Egypt among others. The consequences of these attacks remain enormous to human security. Fear and insecurities, breakdown of social cohesion in several communities escalated and public confidence in government dwindled. In this context, it became imperative that concerted efforts be made at national, regional and continental levels to address the root causes of violent extremism in Africa.</p> <p>The participants agreed that violent extremism threatened economic, social, political, personal and environmental components of security. The experiences of northeast Nigeria where forced migrations resulted to internal displacements and refugee syndromes remains instructive. They also agreed that the task of addressing the root causes of violent extremism in Africa requires a whole of society approach.</p>	<p>Key Recommendations Deriving from the above observations, the workshop recommended the following among others:</p> <ol style="list-style-type: none">Ensure that efforts at countering violent extremism interventions are informed by research;Capacitation of government institutions to be able to effectively provide basic social services – education, health and job opportunities;Strengthening of the mechanism for enhancing access to justice and rule of law;Design, develop and deliver programmes that will enhance community resilience;Need for the formulation and implementation of robust empowerment programmes for women and youth;The need to properly contextualize and distinguish Farmer/Herder conflict from terrorism;Setting up of trauma counseling centres close to communities affected by violent extremism;Institutionalisation of mechanisms of community policing as force multiplier for enhanced intelligence gathering in crime management;Engaging local communities in the design and implementation of counter violent extremism initiatives;ECOWAS and the ACSRT should assist Nigeria in the implementation of its national counter terrorism and counter violent extremism strategy.

Alguns exemplos concretos



- A União Africana iniciou, então, uma série de medidas para auxiliar os Estados Membros.
- Em 2012, o CAEIT começou a prestar atenção ao combate à radicalização e ao extremismo violento, e à desradicalização.
- Seminários e workshops organizados:
 - A radicalização/extremismo e Desradicalização/combate à radicalização e CEV
 - A protecção de testemunha;
 - A protecção de informantes e a vítimas de terrorismo;
 - O uso da Internet para o recrutamento de terroristas
 - Sobre a desvinculação e a reabilitação de extremistas violentos, em parceria com o Instituto de Investigação Inter-regional de Crime e Justiça da ONU (UNICRI)
 - Seminários foram organizados para os Estados Membros da África Oriental e da África Central, vindo a culminar na decisão de se criar e formar grupos operacionais nacionais e regionais de CEV,
- Auxiliou o Centro de Cooperação Global no Contraterrorismo (CGCC) e o Fórum Global de Contraterrorismo (GCTF) na organização do simpósio regional sobre a prevenção do terrorismo e CEV na África Ocidental e no Sahel, nos dias 17 a 19 de Abril de 2013, no Burkina Faso.



Alguns exemplos concretos...

continuação



- Auxiliou a região do Sael a estabelecer o que é conhecido como a “*Liga de Ulemas, Académicos, Pregadores e Imãs do Sael*”
- As missões de avaliação em 18 EM, até agora
- A criação de uma matriz de implementação de CEV
- 1º Simpósio de vítimas do terrorismo
- Inauguração da rede das vítimas do terrorismo
- Inauguração do observatório regional de CEV
- A criação de Grupos de Trabalho Nacionais de CEV
- Na Somália- o combate à radicalização e à retórica violenta e agenda do Al-Shabaab é também um dos objectivos muito importantes da AMISOM (Missão [de Manutenção da Paz] da União Africana na Somália). Envolver os Imãs e os eruditos religiosos em sensibilizar as comunidades locais e fornecer uma contranarrativa ao extremismo violento. Nesse sentido, as mesquitas e as escolas islâmicas, ou *Madrassas*, estão a ser reabilitadas como parte dos projectos de rápido impacto da missão, a fim de fornecer uma plataforma para a mobilização da comunidade, a reconciliação e a consolidação da paz.



Outras Iniciativas da UA...



- Recentemente, a UA tomou, uma série de iniciativas além da Lei Modelo de CT da UA para a melhoria do quadro jurídico:
 - Continuar a trabalhar na criação do mandato de de detenção Africano (AAW), na lista de exclusão de passaportes africanos, e
 - na finalização das convenções-modelos sobre acordos de extradição e de assistência jurídica mútua.
 - Promover a criação de plataformas regionais jurídicas para fortalecer a cooperação internacional em matéria penal.
 - Criar directrizes para a criação de centros de fusão integrados e interagências.
 - A elaboração de princípios e directrizes sobre os Direitos Humanos e dos Povos durante o combate ao terrorismo em África, desenvolvido pelo CAEIT e pela Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos.
 - Implementação da Resolução 2178 (2014) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSC) sobre os Combatentes Terroristas Estrangeiros (FTF)

THE AFRICAN MODEL ANTI-TERRORISM LAW

FINAL DRAFT AS ENDORSED BY THE 17TH ORDINARY SESSION OF THE
ASSEMBLY OF THE UNION
MALABO, 30 JUNE - 1 JULY 2011

Principles and Guidelines on Human and Peoples' Rights while Countering Terrorism in Africa

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN
AND PEOPLES' RIGHTS



A estratégia nacional de contraterrorismo



- **No âmbito nacional:** A estratégia é implementada a diferentes níveis: a nível estratégico (ministerial), a nível técnico (comités interministeriais) e a nível operacional (unidades policiais e de antiterrorismo)
- A cooperação interagências é considerada adequada, já que permite a uma capacidade de alerta antecipada e uma acção rápida. No entanto, a ausência de um banco de dados centralizado, ao qual as diferentes partes interessadas poderiam ter acesso, provou ser um dos maiores obstáculos o fortalecimento da cooperação do CT;
- A estratégia nacional de contraterrorismo não está claramente delineada num documento; mas sim na soma de diferentes mecanismos e procedimentos reunidos pelas diferentes partes interessadas nacionais.
- **No âmbito regional:** os países visitados estão comprometidos com uma cooperação regional continental através dos diferentes mecanismos, por meio do intercâmbio de informação e da prestação de assistência;
- Os países dependem da segurança formal e informal, bilateral e multilateral, e de uma cooperação jurídica como base para a participação na luta inter-regional contra o terrorismo.

Estratégia Nacional de Contraterrorismo



- **No âmbito continental:** os países são membros da UA e estão comprometidos com a implementação do Plano de Acção (PoA) da UA para a prevenção e o combate ao terrorismo (2002), tal como consagrado na convenção de Argel, e estão empenhados na implementação da Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos. Todos designaram um ponto focal nacional para trabalhar em directa colaboração com o centro.
- 18 EM foram avaliados pelo CAEIT.
- **No âmbito internacional:** os países são membros da ONU e signatários de diversos instrumentos de contraterrorismo; eles também apresentaram vários relatórios sobre a implementação das suas obrigações internacionais ao Conselho de Segurança; a maioria dos países da região foi avaliada pelo CTED.

Algumas práticas adequadas



- **O combate à radicalização:** a fim de combater o incitamento ao terrorismo motivado pelo extremismo e a intolerância, e para prevenir a subversão de terroristas e os seus adeptos contra instituições educacionais, culturais e religiosas, uma regra nacional sobre o programa nas escolas e nas instituições culturais e religiosas foi estabelecida pelo Ministério da Educação e da Educação Superior. Os inspectores de Educação supervisionam a implementação dos programas aprovados pela Educação Nacional.
- **Criminalização do incitamento ao terrorismo e da sua glorificação:** O código penal argelino. O uso de antigos terroristas e extremistas para contrariar a narrativa e tornar as acções dos terroristas num *haram* [proibidas].
- **Diálogo Intelectual**, baseado na ideia de afastar os jovens da *ideologia extremista* através do diálogo, do debate e da moderação, com o objectivo de reintegrá-los à comunidade. (Sudão)
- **Diálogo Inter-religioso**, “Union Fraternelle des Croyants (União Fraternal de Fieis)”- *Centro Dudal Jam*, no Burkina Faso, a promover a paz através do diálogo inter-religioso e cultural, e a lutar contra ideias preconcebidas sobre a cultura e a intolerância, as quais são consideradas as sementes da discórdia social.

Algumas práticas adequadas



- **A elaboração de uma estratégia de comunicação para combater as narrativas radicais:** envolver líderes religiosos, a sociedade civil ou qualquer outra parte interessada, capaz de difundir a tolerância e de combater as mensagens de ódio para com as camadas vulneráveis da sociedade, geralmente alvo dos recrutadores, a fim de reduzir o incitamento ao terrorismo, motivado pela intolerância e o extremismo (Senegal)
- **Abordagem ideológica:** consiste em organizar e implementar programas de educação religiosa para combater a retórica extremista (Mauritânia)
- **Abordagem Regional Comum:** *A Liga dos Ulemas, Pregadores e Líderes Religiosos dos Países do Sael*, partilham as experiências, elaboração de uma abordagem única, programas/caravanas de sensibilização, programas de TV e rádio, envolvendo-se num dialogo directo com os terroristas (Países do Sael/Países Centrais)
- **A vigilância e infiltração:** de ONGs religiosas que mostram sinais de radicalismo ou suspeitas de manter ligações directas ou indirectas com redes terroristas ou de crime organizado (Conacri-Cruz Vermelha Sueca [DNSE])
- **Monitoria e Avaliação:** a criação de Observatórios Regionais de CEV em comunicação contínua com grupos de trabalho nacionais de CEV, cuja função é elaborar e implementar Planos de Acção Nacionais de CEV, fornecer orientação política e recomendações para o governo, bem como identificar áreas prioritárias e populações expostas

Recomendações de CEV...



- Assegurar-se de que as informações estratégicas sejam obtidas continuamente e que os elementos radicais sejam monitorados e investigados de perto.
- A necessidade de programas sustentados de combate à radicalização e de reabilitação.
- A necessidade de desenvolver programas comunitários para melhorar as relações entre as autoridades relevantes e os líderes religiosos da comunidade.
- Formar académicos e especialistas para liderar o debate e o diálogo intelectual a fim de abordar os factores que influenciaram os detidos, em particular através das comunidades nas quais ocorreram os recrutamentos e os Xequês que apresentaram justificativas religiosas (fatwas) que resultaram em extremismo.
- A necessidade de desenvolver programas de conscientização contra o extremismo violento nas escolas, nos centros culturais e, em particular, nas prisões.
- A necessidade de desenvolver programas públicos de resiliência à retórica extremista.
- A necessidade de introduzir mecanismos de acreditação para programas educativos, propostos por instituições educacionais não-estatais, e garantir que os mesmos sejam monitorados.

Recomendações sobre CEV...

(Continuação)



- Expandir o papel da média no combate à radicalização (programas de rádio e TV)
- Instauração do diálogo e da reconciliação nacional
- A necessidade de entender que a guerra contra o terrorismo não é apenas contra a ideologia extrema na comunidade muçulmana, mas também através do combate aos pontos de vista parciais, predominantes entre aqueles que não são muçulmanos
- O aumento da educação pública deveria ser incentivada, para além do âmbito exclusivo dos círculos académicos
- Proibir o uso de organismos de comunicação pelos terroristas e extremistas como uma plataforma para a propaganda e o discurso extremista, e a glorificação do terrorismo
- Promover e permitir que as vozes credíveis sejam ouvidas a fim de reduzir o apelo do extremismo violento



Umar Farouk Abdulmutallab





OBRIGADO

Idriss Mounir Lallali

Vice-Director interino

O Centro Africano de Estudos e Investigação sobre o Terrorismo (CAEIT)

Tel: +213 21 52 00 83

Fax: +213 21 52 04 14

E-mail: L.Mounir@caert.org.dz

Website: <http://www.caert.org.dz>

